

Resultado: alta performance.

Credibilidade e Experiência em Telecomunicações

(Tele)Comunicações 2015 Contribuições para o Aperfeiçoamento do Modelo

Análise das entrevistas com especialistas Setembro de 2005





Agenda

Conclusões gerais

Metodologia de entrevistas

Descrição da amostra

Análise dos resultados gerais

Análise dos resultados por segmento

Agenda

Conclusões gerais

Metodologia de entrevistas

Descrição da amostra

Análise dos resultados gerais

Análise dos resultados por segmento

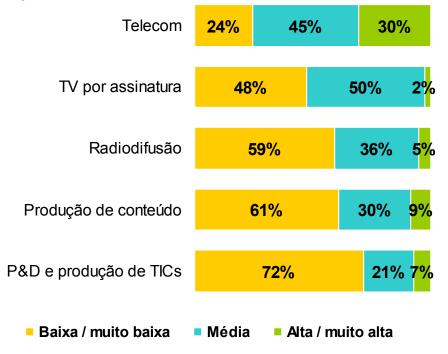
As opiniões dos especialistas consultados apontam para a necessidade de aperfeiçoar o modelo brasileiro.

Principais pontos levantados nas entrevistas e pesquisas



<u>Adequação</u> das atuais políticas públicas, leis e regulamentos ao contexto da convergência

Políticas públicas, leis e regulamentos de:



Principais <u>prioridades para</u> aperfeiçoamento do modelo

- Racionalizar carga tributária
- Estimular a modernização da infraestrutura de comunicações
- Viabilizar programas de inclusão digital / social
- Simplificar / adequar licenças e regulamentos de telecomunicações, inclusive radiodifusão e TV por assinatura
- Fortalecer o órgão regulador, com atuação independente e responsabilidades claras
- Buscar novos mecanismos de estímulo à competição
- Estimular uso e desenvolvimento de novas tecnologias

Fonte: análise Accenture e GT dos questionários respondidos por representantes do setor, durante Agosto e Setembro/2005

Conclusões gerais

- A racionalização da carga tributária é um tema prioritário
- Considera-se que o atual modelo atingiu parcialmente o objetivo de "desenvolvimento harmônico do setor com as metas sociais do país", devido à existência de usuários excluídos dos serviços, nas camadas mais pobres da população
- A falta de políticas públicas para desenvolvimento da indústria nacional de TICs é apontada como uma deficiência significativa no atual modelo do setor
- Quando analisado isoladamente, o modelo de telecomunicações (fundamentado na LGT) ainda é considerado adequado; porém, ao se considerar o panorama geral, a aderência do atual modelo face às tendências de convergência é considerada deficiente (notas oscilam entre 2 – baixa e 3 – média)
- A garantia da independência e capacitação da agência reguladora é enfatizada nas opiniões, como previsibilidade regulatória e fator de atração de investimentos
- Em relação à adequação das políticas públicas, leis e regulamentos atuais, os representantes do setor público atribuíram notas ligeiramente mais altas do que a média geral (nota: a amostra do setor público também foi menor)
- No geral, o "ranking" de notas atribuídos por cada segmento pesquisado coincide com a média geral, ou seja não há
 muita variação da percepção dos principais temas e questões apontados pelos diferentes segmentos (setor público,
 prestadoras, fornecedores de equipamentos e fornecedores de serviços)
 - A exceção é o "ranking" de prioridades para as políticas públicas (questão 3.1), onde os representantes do setor público atribuíram grande importância às questões de uso de novas tecnologias, desenvolvimento da indústria nacional e adequação da estrutura interna do Ministério / Anatel



Conclusões gerais

Metodologia de entrevistas

Descrição da amostra

Análise dos resultados gerais

Análise dos resultados por segmento

Telebrasil e SindiTelebrasil promoveram um estudo que aponta caminhos para a evolução do modelo brasileiro.

Descrição do projeto



Sensibilizar o governo e a sociedade em relação à necessidade de revisar e aperfeiçoar o modelo brasileiro de comunicações, considerando o atual cenário de convergência digital e as demandas da sociedade.



Avaliação das transformações nas comunicações e desafios para o Brasil

Avaliação das transformações nas comunicações – experiência internacional

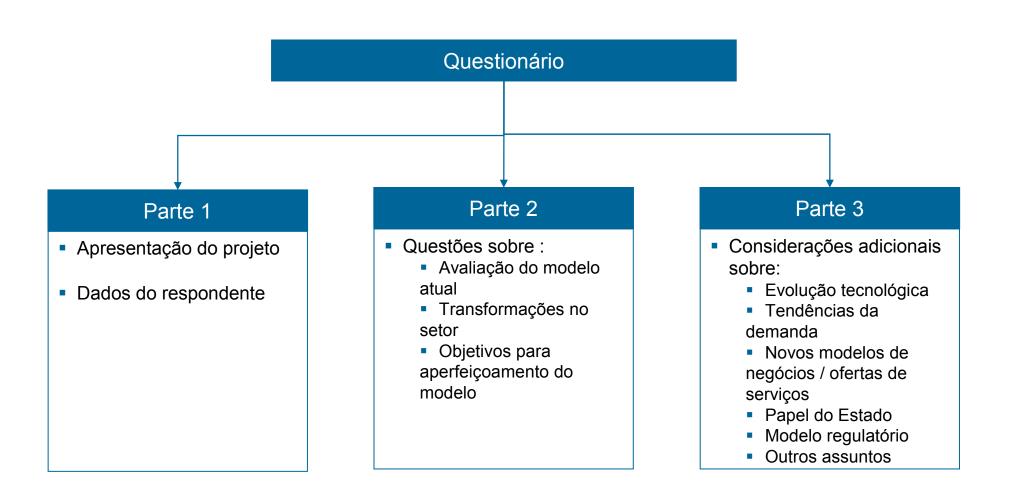
Entrevistas com representantes do setor e visão de cenários futuros

Sugestões para aperfeiçoamento do modelo e plano de comunicação



Caracterizar a oportunidade e identificar aspectos relevantes para o aperfeiçoamento do Modelo, considerando o papel das comunicações na melhoria das condições de vida da população e produtividade.

O questionário de entrevista está estruturado em três partes.



Visando alcançar uma ampla audiência, foram utilizados diferentes métodos de pesquisa.

Entrevistas pessoais

 Foi selecionada uma lista representativa dos principais atores do setor, pertencentes ao governo, prestadoras fornecedores e associações. As entrevistas foram conduzidas pelos consultores durante reuniões pessoais de aproximadamente 60 minutos

Entrevistas por e-mail

 A Telebrasil e os consultores enviaram os questionários para nomes selecionados, enfatizando a importância da participação na pesquisa

Entrevistas via website

 Foi enviada convocação para cerca de 400 nomes de associados da Telebrasil, solicitando o preenchimento do questionário disponibilizado no website

Agenda

Conclusões gerais

Metodologia de entrevistas

Descrição da amostra

Análise dos resultados gerais

Análise dos resultados por segmento

Foi entrevistada uma amostra significativa de representantes e influenciadores do setor.

Compilação dos entrevistados e pesquisados

Categorias	Total	Entidades incluídas nas categorias
Prestadoras	32	Prestadoras de telefonia fixa, telefonia móvel, radiodifusão, mídia e associações que congregam essas categorias
Fornecedores de Serviços	24	Consultorias, escritórios de advocacia e outros fornecedores de serviços para as empresas de comunicações
Fornecedores de Equipamentos	18	Fabricantes de equipamentos e associações que congregam a categoria
Setor Público	7	Poderes executivo e legislativo
Outros	2	Universidades, sindicatos e outros
Total	83	

Lista de participantes - Prestadoras

Nome	Cargo	Organização
Flávio Castelli Chuery	Vice-pres. Nacional	Aberimest
Flávio Rauter	Presidente	ABL
José Fernades Pauletti	Presidente	Abrafix
Alexandre Annenberg	Diretor Executivo	ABTA
Amadeu Castro	Presidente	ACEL
Guilherme Villares	Diretor	Aerotech Telecomunicações
Pedro Luiz de Oliveira Jatobá	Presidente	APTEL
Luiz Fabiano Facó Soares	Diretor de Relacionamento com Operadoras	AT&T
Leôncio Vieira de Rezende Neto	Diretor Institucional	Brasil Telecom
Ricardo Sacramento	Presidente	Brasil Telecom GSM
Marcelo Pereira	Diretor	Claro
Marcelo Laboissière Camargos	Gerente de Relações Externas	Claro
Guilherme Saraiva	Diretor de Marketing	Comsat
Adelmo Alves Santiago	Consultor executivo	CTBC
Bráulio Garcia	Analista Regulatório	CTBC
Hugo Vidica Mortoza	Advogado SR	CTBC
Emerson Martins Costa	Consultor de Relações Institucionais	Grupo Algar

Nome	Cargo	Organização
Luiz Alberto Garcia	Pres. do Conselho de Administração	Grupo Algar
José Candido Alves Pereira	Vice-Presidente de Operações e Engenharia	GVT
Jose Edio Bezerra Gomes	Diretor Técnico	Hispamar Satélites
Ruben Levcovitz	Diretor Comercial Internacional	Hispamar Satélites
Paulo de Tarso B. Pacífico	Diretor	Iqara Telecom
Raymundo Isaac Chapermann	Coordenador	PETROBRAS
César Rômulo Silveira Neto	Superintendente Executivo	Telebrasil
Ronaldo labrudi	Presidente	Telemar
Ercio Alberto Zilli	Diretor de Estratégia Regulatória	Telemar
Geraldo Pereira de Araújo	Diretor	Telemar
Paulo Roberto da Costa Lima	Diretor de Assuntos Regulatórios	TIM
Heloisa Magalhaes	Chefe de redação	Valor Econômico
Javier Rodríguez García	Vice-pres. de Tecnologia	Vivo
Alberto de Mattos Jr.	Dir. de Regulamentação	Vivo

Lista de participantes – Fornecedores de serviços

Nome	Cargo	Organização
Gilberto Justen	Presidente	Abecortel
Silvio de Carvalho Vince	Diretor Presidente	ABEPREST
Saulo Lima Bonizzato	Diretor	Accenture
Alvaro Marques	Sócio Diretor	AMTEL
Jorge Pacca	Diretor Presidente	ClearTech
Marcos Bellotti	Gerente de Assuntos Regulatórios	ClearTech
Maria Isabel de Campos	Gerente de Desenvolvimento de Mercado	ClearTech
Paulo Roberto Bergamasco	General Manager	Flextronics Network Services
Daltron Magalhães	Consultor	Guerreiro Teleconsult
Daniela Gaeta Bernardes	Consultora	Guerreiro Teleconsult
Edmundo Antonio Matarazzo	Consultor	Guerreiro Teleconsult
Edmur Carlos Jorge de Moraes	Consultor	Guerreiro Teleconsult

Nome	Cargo	Organização
Luiz Teixeira de Matos	Consultor	Guerreiro Teleconsult
Marcos Maciel	Consultor	Guerreiro Teleconsult
Renato Navarro Guerreiro	Diretor Geral	Guerreiro Teleconsult
Didier Chinchilla	Diretor	Istri América do Sul
Helcio Binelli	Vice Presidente	LOGICTEL
Jaques Scvirer	Presidente	Medidata Informatica
Jaime Zamlung	Diretor	Prolan Soluções Integradas
Carlos Pingarilho	Gerente de Negócios	Promon Tecnologia
Luis Eduardo Sym Cardoso	Diretor Executivo	Promon Tecnologia
Helio Bampi	Diretor Presidente	RADIANTE Engenharia de Telecomunicações
Jose Barbosa Mello	Sócio-diretor	Teleco
Miriam Wimmer	advogada	Xavier, Bernardes, Bragança, Sociedade de Advogados

Lista de participantes – Fornecedores de equipamentos

Nome	Cargo	Organização
Equipe da Abinee		Abinee
Harumi Ishihara	Diretora de Comunicação e Relações Institucionais	Alcatel Telecomunicações
José Furst Jr	Diretor de Tecnologia	Cisco Systems
Pedro Ripper	Diretor Geral - Telecomunicações	Cisco Systems
José Luis Oliveira de Souza	Presidente do Conselho	Daruma Telecomunicações e Informática
Carlos Fernando Ximenes Duprat	Vice Presidente	Ericsson Telecomunicações
Hélio Graciosa e equipe do CPqD	Presidente	Fundação CPqD
Foad Shaikhzadeh	Diretor Presidente	Furukawa Industrial
Karl-Heinz Lensing	Diretor Presidente	Kathrein Mobilcom Brasil
Wagner G Ferreira	Presidente	Lucent Technologies
Paulo R. F. Carvalho	Diretor de operações	Marconi
Joeval Martins	Diretor Canais, LACA	Motorola Industrial

Nome	Cargo	Organização
André Machado Galvão	Diretor de Operações, Departamento de Redes	Motorola Industrial
Eulogio Jimenez Rodriguez	Diretor de Desenvolvimento de Negócios	Motorola Industrial
Eduardo Fadanelli	Diretor Geral	Nera America Latina
Newton Cyrano Scartezini	Diretor de Relações Institucionais	Nortel Networks
Rodrigo Abreu	Presidente	Nortel Networks
Wilson Cardoso	Diretor de Engenharia e Redes	Siemens
Paulo R. F. Carvalho	Diretor de operações	Marconi
Joeval Martins	Diretor Canais, LACA	Motorola
André Machado Galvão	Diretor de Operações, Departamento de Redes	Motorola Industrial
Eulogio Jimenez Rodriguez	Diretor de Desenvolvimento de Negócios	Motorola Industrial
Eduardo Fadanelli	Diretor Geral	Nera America Latina
Newton Cyrano Scartezini	Diretor de Relações Institucionais	Nortel Networks

Lista de participantes – Setor público e outros

Setor Público

Nome	Cargo	Organização
Elifas Gurgel	Presidente	Anatel
Júlio Semeghini	Deputado Federal	Câmara dos Deputados
Alberto Goldman	Deputado Federal	Câmara dos Deputados
Delfim Netto	Deputado Federal	Câmara dos Deputados
Jorge Bittar	Deputado Federal	Câmara dos Deputados
Oswaldo Oliva Neto	Secretário	Governo Federal
André Barbosa Filho	Assessor Especial	Presidência da República

Outros

Nome	Cargo	Organização
Arnaldo dos Santos Lopes	Consultor	oraculo.telecom
Jorge Calmon Moniz de Bittencourt Filho	Presidente	SUCESU

Agenda

Conclusões gerais

Metodologia de entrevistas

Descrição da amostra

Análise dos resultados gerais

Análise dos resultados por segmento

1.1 Atingimento dos objetivos propostos para o modelo atual de telecomunicações

Objetivos da reforma de telecomunicações	Nota Média
Aumentar e melhorar a oferta de serviços	4,3
Fortalecer o papel regulador do Estado	3,8
Maximizar o valor de venda	3,8
Criar condições para um desenvolvimento harmônico do setor com as metas sociais do país	3,6
Criar oportunidades atraentes de investimento e desenvolvimento tecnológico e industrial	3,3

Escala

Atingiu plenamente os objetivos

Atingiu parcialmente os objetivos

Não atingiu os objetivos

- "Alguns objetivos, como o atendimento da demanda reprimida, foram plenamente atingidos"
- "Modelo funcionou bem, mas esbarrou nas limitações sócio-econômicas"
- "Faltou uma visão estratégica sobre o desenvolvimento tecnológico e industrial do país"

1.2 Contribuição dos fatores para o avanço das telecomunicações no Brasil nos últimos dez anos

Fatores	Nota Média
Privatização das empresas estatais	4,5
Existência de uma demanda reprimida	4,3
Atração de investimento nacional e estrangeiro	4,1
Existência de um modelo regulatório	3,9
Criação da Anatel	3,7
Metas de Universalização e Qualidade	3,7
Entrada de novas prestadoras	3,7
Previsibilidade regulatória	3,5
Recomposição Tarifária	3,5
Qualidade da Gestão Empresarial	3,3
Qualidade da visão estratégica do Estado	3,2
Competência na implantação da visão estratégica	3,2
Carga Tributária	1,6

Escala

Contribuiu plenamente para o desenvolvimento

Contribuiu parcialmente para o desenvolvimento

Não contribuiu para o desenvolvimento

- "A eficiência da gestão privada substituiu os problemas da gestão estatal"
- "A existência da demanda reprimida, com um forte apelo das Metas de Universalização por si só promoveram o grande avanço"
- "... a carga tributária é o maior fator de atraso no desenvolvimento das telecomunicações no Brasil"

1.3 Adequação das atuais políticas públicas, leis e regulamentos para o desenvolvimento dos segmentos

Adequação ao cenário atual de convergência	Nota média
Telecom	3,1
TV por assinatura	2,5
Produção de conteúdo	2,3
Radiodifusão / Comunicação de massa	2,2
Pesquisa e desenvolvimento de TI e TICs	2,2

Escala

Políticas públicas, leis e regulamentos plenamente adequados

Políticas públicas, leis e regulamentos parcialmente adequados

Políticas públicas, leis e regulamentos inadequados

- "O órgão regulador está despreparado para entender as mudanças regulatórias que são necessárias, pois tem a visão de tecnologia"
- "O modelo regulatório deve ser flexibilizado para permitir a convergência de serviços. Atualmente, existem impedimentos (...) que criam óbice a tal objetivo"

1.4 Aderência do modelo atual às necessidades

Aderência às necessidades	Nota Média
Oferta de serviços (qualidade e variedade)	3,2
Remuneração do capital	3,0
Instrumentalizar o desenv. dos diversos setores	2,9
Melhoria dos serviços do governo	2,7
Inclusão social e redução da desigualdade	2,4
Desenvolvimento da indústria nacional de TICs	2,2

Escala

Plenamente aderente às necessidades

Parcialmente aderente às necessidades

Não aderente às necessidades

- "O governo tem se demonstrado ativo no uso das Comunicações quando comparado com outros países"
- "o setor de STFC e SMP (...) pode contribuir muito com o país, especialmente na redução das desigualdades, inserindo pessoas de forma digna"

Transformações no setor das comunicações

2.1 Elementos direcionadores de transformação nas comunicações

Elementos de transformação	Nota média
Avanços tecnológicos	4,3
Novas demandas da sociedade	4,1
Novos modelos regulatórios	4,0
Reformulação da oferta de serviços	3,9
Visão e atuação do Estado como formulador de políticas	3,6

Escala

Direciona plenamente as transformações

Direciona parcialmente as transformações

Não direciona as transformações

- "... novas tecnologias no setor (...) se tornarão a base dos novos serviços de comunicações..."
- "Governo tem papel central em articular e direcionar o desenvolvimento do setor, mas deve se concentrar em não criar empecilhos."
- "... a demanda da sociedade é o maior motivador da nova direção do setor de telecomunicações."

Transformações no setor das comunicações

2.2 Adequação da regulação atual às tendências de transformação

Elementos de transformação	Nota Média
Expansão da Internet	2,9
Convergência Fixo-Móvel	2,6
Consolidação dos grupos	2,6
Nova dinâmica competitiva	2,5
Unificação de licenças	2,2
Convergência Radiodifusão + Telecom	2,0

Escala

Plenamente adequada

Parcialmente adequada

O Pouco adequada

- "A regulamentação é anacrônica e inadequada para lidar com as transformações necessárias. O órgão regulador também não está preparado."
- "(...) única lei que gere regulamentação simplificada e flexível contemplando a existência de uma licença única (...)"
- "O Brasil precisa de um marco regulatório mais leve, que estimule a competição e a inovação"

Objetivos para aperfeiçoamento do modelo

3.1 Prioridades para as políticas públicas

Prioridades	Nota média
Racionalização da carga tributária	4,6
Modernização da infra-estrutura	4,2
Programas de inclusão social	4,1
Capacitação de PEMES	3,9
Novas metas, fiscalização e uso do FUST	3,9
Novos mecanismos de estímulo a competição	3,9
Indústria, P&D e tecnologia nacionais	3,9
Capacitação de indivíduos	3,8
Uso e desenvolvimento de novas tecnologias	3,8
Estímulo a produção de soluções completas de TICs	3,7
Alterações na estrutura do Minicom ou Anatel	3,6
Tratamento da participação do capital estrangeiro	3,4

Escala

5 Alta prioridade

Média prioridade

Baixa prioridade

- "Outro aspecto negativo é a carga tributária aplicada ao setor, (...) penalizando principalmente as classes menos favorecidas."
- "(...) definição de políticas públicas de inclusão digital e a construção de uma política industrial para o setor que permita o fortalecimento deste segmento da indústria nacional utilizando o potencial do nosso mercado interno."
- "De forma geral, o modelo deve tender à abertura, eliminação de controles, (...) questões de competição resolvidas pelo próprio mercado."

Objetivos para aperfeiçoamento do modelo

3.2 Avaliação das principais necessidades de mudança no modelo

"Deve-se inicialmente revisar o modelo tributário dos serviços de telecomunicações no Brasil.

Adicionalmente, deve-se reavaliar todos os contratos vigentes em todas as áreas de serviços de comunicações, sob a óptica de 'Serviços Convergentes', 'Tecnologias Convergentes', compartilhamento de infraestrutura e também do respeito aos termos e condições dos contratos em andamento."

"A Agência Reguladora deve ser composta de profissionais capacitados, remunerados de acordo com o mercado, transparente e ágil em seus processos (...)"

"Excessivo detalhismo, tendência à gestão tecnocrática, pouco estímulo ao investimento em novas tecnologias ou na inclusão digital, multiplicidade de leis e regulamentos, fragmentação das licenças, elevada carga tributária, tratamento inadequado do capital estrangeiro (reservas de mercado anacrônicas)."

"[A]s necessidades de mudança mais importantes são: Estímulo ao uso e desenvolvimento de novas tecnologias; novos mecanismos de estímulo à competição e variedade na oferta de serviços; viabilização de programas de inclusão social; racionalização da carga tributária."

Agenda

Conclusões gerais

Metodologia de entrevistas

Descrição da amostra

Análise dos resultados gerais

Análise dos resultados por segmento

1.1 Atingimento dos objetivos propostos para o modelo atual de telecomunicações

Objetivos da reforma de telecomunicações	Nota Média	Setor Público	Prestadoras	Fornecedores de Equipamentos	Fornecedores de Serviços
Aumentar e melhorar a oferta de serviços	4,3	4,6	4,3	4,4	4,3
Fortalecer o papel regulador do Estado	3,8	3,4	3,9	3,8	3,7
Maximizar o valor de venda	3,8	3,3	3,9	3,6	3,8
Criar condições para um desenvolvimento harmônico do setor com as metas sociais do país	3,6	3,6	3,9	3,4	3,6
Criar oportunidades atraentes de investimento tecnológico e industrial	3,3	3,1	ridade do setor públ	3,3	3,4

1.2 Contribuição dos fatores para o avanço das telecomunicações no Brasil nos últimos dez anos

Fatores	Nota Média	Setor Público	Prestadoras	Fornecedores de Equipamentos	Fornecedores de Serviços
Privatização das empresas estatais	4,5	4,3	4,7	4,4	4,4
Existência de uma demanda reprimida	4,3	4,6	4,3	4,4	4,2
Atração de investimentos	4,1	4,0	4,3	4,0	4,1
Existência de um modelo regulatório	3,9	3,7	4,0	3,8	3,8
Criação da Anatel	3,7	3,9	3,9	3,5	3,8
Metas de Universalização e Qualidade	3,7	3,7	3,7	3,7	3,6
Entrada de novas prestadoras	3,7	3,6	3,9	3,6	3,6
Previsibilidade regulatória	3,5	3,1	3,7	3,4	3,4
Recomposição Tarifária	3,5	4,1	3,5	3,1	3,3
Qualidade da Gestão Empresarial	3,3	3,7	3,7	3,2	3,0
Competência na implantação da visão estratégica do Estado	3,2	3,7	3,2	2,8	3,4
Qualidade da visão estratégica do Estado	3,2	3,6	3,2	2,7	3,5
Carga Tributária	1,6	2,0	1,8	1,4	1,4

1.3 Adequação das atuais políticas públicas, leis e regulamentos para o desenvolvimento dos segmentos

Adequação ao cenário atual de convergência	Nota média	Setor Público	Prestadoras	Fornecedores de Equipamentos	Fornecedores de Serviços
Telecom	3,1	2,9	3,1	2,9	2,8
TV por assinatura	2,5	2,4	2,4	2,4	2,4
Produção de conteúdo	2,3	2,3	2,3	2,3	2,1
Radiodifusão	2,2	2,4	2,2	2,0	2,2
Pesquisa e desenvolvimento de TI e TICs	2,2	2,3	2,3	2,2	1,7

Na radiodifusão o Estado dá uma avaliação ligeiramente melhor do que os demais setores

1.4 Aderência do modelo atual às necessidades

Aderência às necessidades	Nota Média	Setor Público	Prestadoras	Fornecedores de Equipamentos	Fornecedores de Serviços
Oferta de serviços (qualidade e variedade)	3,2	2,7	3,4	3,1	3,0
Remuneração do capital	3,0	3,1	2,7	2,9	3,3
Instrumentalizar o desenvolvimento dos diversos setores	2,9	2,9	3,0	2,6	2,8
Melhoria dos serviços do governo	2,7	3,1	2,8	2,7	2,5
Inclusão social e redução da desigualdade	2,4	3,1	2,5	2,1	2,4
Desenvolvimento da indústria nacional de TICs	2,2	2,4	2,5	1,9	2,0

Variação na percepção do Estado vs. setor sobre a questão de inclusão digital

Transformação no Setor

2.1 Elementos direcionadores de transformação nas comunicações

Elementos de transformação	Nota média	Setor Público	Prestadoras	Fornecedores de Equipamentos	Fornecedores de Serviços
Avanços tecnológicos	4,3	4,7	4,1	4,2	4,4
Novas demandas da sociedade	4,1	4,1	4,1	4,1	4,2
Novos modelos regulatórios	3,9	4,2	4,1	3,9	4,0
Reformulação da oferta de serviços	3,8	4,2	3,9	3,9	3,7
Políticas do Estado	3,6	4,3	3,6	3,4	3,7

Transformação no Setor

2.2 Adequação da regulação atual às tendências de transformação

Fatores	Nota Média	Setor Público	Prestadoras	Fornecedores de Equipamentos	Fornecedores de Serviços
Expansão da Internet	2,9	2,8	3,0	3,1	2,7
Consolidação dos grupos empresariais	2,6	3,0	2,7	2,7	2,5
Convergência fixo-móvel	2,6	3,0	2,8	2,4	2,4
Nova dinâmica competitiva / de mercado	2,5	2,8	2,6	2,2	2,2
Unificação (simplificação) das licenças	2,2	2,0	2,5	2,0	2,1
Convergência entre serviços de radiodifusão e de telecomunicações	2,0	2,3	2,1	1,8	1,7

O setor público dá uma avaliação ligeiramente melhor do que os demais setores

Objetivos para aperfeiçoamento do modelo

3.1 Prioridades para as políticas públicas

Fatores	Nota Média	Setor Público	Prestadoras	Fornecedores de Equipamentos	Fornecedores de Serviços
Racionalização da carga tributária	4,6	4,6	4,6	4,4	4,8
Modernização da infra-estrutura	4,2	4,4	4,3	4,1	3,9
Programas de inclusão social	4,1	4,3	4,1	4,1	3,8
Capacitação de PEMEs	3,9	4,4	3,9	3,6	4,0
Novos mecanismos de estímulo à competição	3,9	4,4	3,7	3,8	3,9
Novas metas de universalização e uso do FUST	3,9	4,5	3,7	3,7	3,7
Indústria, P&D e tecnologia nacionais	3,9	4,5	4,0	3,5	3,7
Capacitação de indivíduos	3,8	4,3	3,9	3,4	3,9
Uso e desenvolvimento de novas tecnologias	3,8	4,7	3,9	3,6	3,7
Produção de soluções completas de TICs	3,7	4,0	3,8	3,4	3,8
Alterações na estrutura do Minicom ou Anatel	3,6	4,5	3,5	3,8	3,6
Tratamento da participação do capital estrangeiro nas empresas do setor	3,4	3,9	3,5	2,9	3,6

Prioridades avaliadas pelo setor público diferem significativamente das prioridades apontadas pelos demais setores



Anexo I – Questionário da pesquisa

Questionário de entrevista – Parte 1



Necessidades de Aperfeiçoamento do Modelo Brasileiro de Comunicações Formulário de coleta de informações



Parte 1: Introdução

O arcabouço regulatório em vigor no setor de telecomunicações foi estruturado para responder aos anseios da sociedade brasileira percebidos em 1995 e projetados para 2005, estando assim em seu período final.

Por outro lado, fenômenos como a **evolução tecnológica** das plataformas multi-serviços e a crescente **convergência** entre telecomunicações e mídia afetam os conceitos e modelos desenhados para o desenvolvimento do setor em todo o mundo, exigindo de todos os agentes, governos, reguladores e operadores uma re-visitação ao seu arcabouço regulatório. Além disso, cada vez mais as comunicações são essenciais para o desenvolvimento da sociedade moderna e para o processo de inclusão social.

Os Associados da Telebrasil e o Sinditelebrasil tomaram a iniciativa de contratar a Accenture e a Guerreiro Teleconsult para elaborar estudo com o objetivo de sensibilizar o governo e a sociedade em relação à necessidade de revisar e aperfeiçoar o atual "Modelo Brasileiro das Comunicações", entendido como o conjunto de políticas públicas, dispositivos legais e estruturas regulatórias que organizam e regem o funcionamento dos setores de Telecomunicações, TV por Assinatura, Radiodifusão e Produção de Conteúdo em geral, de modo a inserir a Sociedade Brasileira, definitivamente, na Sociedade da Informação e do Conhecimento, a par da necessária Inclusão Social das camadas sociais mais carentes.

O projeto busca sensibilizar o Governo a atuar diante da complexidade do quadro em desenvolvimento de forma a maximizar os benefícios em prol do País, para evitar que o futuro seja construído apenas pelas forças do mercado, nem sempre aderentes aos objetivos da sociedade numa época de transição tecnológica significativa. Para tanto deve apontar caminhos e alternativas para melhor adequar este Modelo aos anseios e demandas da Sociedade no contexto de "Convergência Digital".

Como parte deste estudo, estamos coletando informações junto aos representantes destes setores, autoridades, investidores e influenciadores, visando promover discussões e direcionar as análises e recomendações ao longo do trabalho.

Agradecemos sua contribuição, que será importante para nos ajudar a produzir um trabalho que represente adequadamente as visões dos diferentes agentes sociais envolvidos e afetados pelo processo de desenvolvimento nacional alavancado pelas comunicações brasileiras.



Necessidades de Aperfeiçoamento do Modelo Brasileiro de Comunicações Formulário de coleta de informações



Associação Brasileira de Toleconovicações Formulário de coleta de in	
Dados do respondente	
Nome:	-
Cargo:	
Empresa ou Entidade:	
Assinalar Segmento de Atuação:	
Empresa prestadora de serviços de comunicações	
STFC	
SMP	
SCM	
TV por assinatura	
Rádio	
TV Aberta	
Outros	
Fabricante de equipamentos	
Prestadora de serviços para empresas de comunicaçõ	ies
Associação setorial	
Setor público	
Outros. Especifique:	

Questionário de entrevista – Parte 2



Necessidades de Aperfeiçoamento do Modelo Brasileiro de Comunicações Formulário de coleta de informações



Parte 2: Questões

Tema 1: Avaliação do modelo atual

1.1. Em meados da década de 90, tendo em vista a demanda reprimida por serviços de telecomunicações e a baixa capacidade de investimentos do Sistema Telebrás, entre outros aspectos, promoveu-se a reforma do setor. A instituição da Lei Geral de Telecomunicações, a criação da Anatel e a privatização das empresas estatais marcaram a criação do atual "modelo brasileiro de telecomunicações". Avalie o grau de atendimento de cada um dos objetivos que este modelo se propunha a cumprir:

Objetivos da reforma das telecomunicações	1 Muito	2 Baixo	3 Médio	4 Alto	<u>5</u> Muito
	Baixo				alto
Criar condições para que o desenvolvimento do					
setor seja harmônico com as metas de					
desenvolvimento social do País					
Aumentar e melhorar a oferta de serviços					
Fortalecer o papel regulador do Estado, e eliminar					
seu papel de empresário					
Em ambiente competitivo, criar oportunidades					
atraentes de investimento, e de desenvolvimento					
tecnológico e industrial					
Maximizar o valor de venda das empresas estatais,					
sem prejudicar os objetivos anteriores					

Comente / justifique suas respostas:	



Necessidades de Aperfeiçoamento do Modelo Brasileiro de Comunicações Formulário de coleta de informações



1.2. As telecomunicações no Brasil sofreram um significativo avanço nos últimos dez anos. Em sua opinião, qual o grau de contribuição de cada um dos fatores seguintes para esse avanço?

Fatores	1 Muito Baixo	2 Baixo	3 Médio	4 Alto	<u>5</u> Muito alto
Privatização das empresas estatais					
Existência de uma demanda reprimida					
por serviços de telecomunicações					
Criação da Anatel					
Existência de um modelo regulatório					
regendo o setor					
Atração de investimento nacional e					
estrangeiro					
Previsibilidade regulatória					
Metas de Universalização e Qualidade					
Entrada de novas prestadoras, dando					
início à competição					
Qualidade da visão estratégica do					
Estado					
Competência na implantação da visão					
estratégica					
Recomposição Tarifária					
Carga Tributária					
Qualidade da Gestão Empresarial					

Comente / justifique suas respostas:

Questionário de entrevista – Parte 2



Necessidades de Aperfeiçoamento do Modelo Brasileiro de Comunicações Formulário de coleta de informações



1.3 Desde a criação do atual modelo de telecomunicações, estava previsto que o mesmo deveria evoluir na direção de uma maior integração com os demais segmentos de mercado relacionados às comunicações. Neste sentido, e considerando o cenário da convergência, como você avalia a adequação das políticas públicas, leis e regulamentos que regem os seguintes segmentos:

Adequação ao cenário atual da convergência	<u>1</u> Muito Baixa	<u>2</u> Baixa	<u>3</u> Média	<u>4</u> Alta	<u>5</u> Muito alta
Telecomunicações					
TV por assinatura (Cabo, DTH, MMDS)					
Radiodifusão / Comunicação de massa					
Produção de conteúdo					
Pesquisa, desenvolvimento e produção de tecnologias da informação e comunicação (TICs) - incluindo sistemas completos abrangendo conteúdo, aplicativos, <i>hardware</i> , etc.					

Comente / justifique suas respostas:



Necessidades de Aperfeiçoamento do Modelo Brasileiro de Comunicações Formulário de coleta de informações



1.4 Como você avalia a aderência do atual Modelo Brasileiro de Comunicações frente às seguintes necessidades:

Aderência às necessidades	1 Muito Baixa	2 Baixa	<u>3</u> Média	4 Alta	<u>5</u> Muito alta
Propiciar disponibilidade, qualidade e					
variedade na oferta de serviços a todos					
os usuários					
Facilitar condições de remuneração					
adequada ao capital, de modo a atrair					
novos investimentos					
Estimular o desenvolvimento da					
indústria nacional de tecnologia da					
informação e comunicação (TIC) -					
incluindo sistemas completos					
abrangendo conteúdo, aplicativos,					
hardware, etc.					
Instrumentalizar o desenvolvimento					
dos diversos setores da economia					
brasileira					
Melhorar o desempenho da prestação					
de serviços de governo (Federal,					
Estadual e Municipal)					
Acelerar o processo de inclusão social,					
apoiando as iniciativas voltadas à					
redução das desigualdades do país					

Comente /	justifique suas	respostas
-----------	-----------------	-----------

Questionário de entrevista – Parte 2



Necessidades de Aperfeiçoamento do Modelo Brasileiro de Comunicações Formulário de coleta de informações



Tema 2: Transformações no setor

2.1. Em muitos mercados internacionais e até mesmo em alguns segmentos do mercado nacional, observam-se algumas tendências que parecem apontar para importantes transformações no setor, como por exemplo acesso à Internet , VoIP, convergência fixo-móvel, IPTV, 3G, *triple-play* entre outros com efeitos na demanda e oferta de serviços. Na sua avaliação, qual o poder de transformação dos seguintes elementos para o futuro das comunicações?

Elementos	1 Muito	2 Baixo	3 Médio	4 Alto	<u>5</u> Muito
	Baixo				alto
Novas demandas da sociedade em termos de					
serviços de comunicações					
Avanços tecnológicos					
Reformulação da oferta de serviços por parte					
das prestadoras					
Visão e atuação do Estado, como formulador					
de políticas e buscando maior qualidade na					
prestação de serviços à população					
Novos modelos regulatórios					

Comente / justifique suas respostas:



Necessidades de Aperfeiçoamento do Modelo Brasileiro de Comunicações Formulário de coleta de informações



2.2. Na sua opinião, a atual regulamentação do setor de comunicações no Brasil está apta a lidar com as tendências de transformação do setor listadas abaixo? Em que grau?

Elementos	1 Muito Baixo	2 Baixo	3 Médio	4 Alto	5 Muito alto
Convergência fixo-móvel					
Convergência entre serviços de radiodifusão					
e de telecomunicações					
Expansão da Internet					
Unificação (simplificação) das licenças					
Consolidação dos grupos empresariais					
Nova dinâmica competitiva / de mercado					

Comente /	justifique	suas respostas:
-----------	------------	-----------------

Questionário de entrevista – Parte 2



Necessidades de Aperfeiçoamento do Modelo Brasileiro de Comunicações Formulário de coleta de informações



3.1. O setor de comunicações é considerado um setor estratégico para o desenvolvimento nacional. Em se tratando do aperfeiçoamento do modelo atual, qual deveria ser a prioridade dada às políticas públicas relacionadas aos seguintes aspectos:

Prioridade	1	2	3	4	5
Trioridade	Muito	<u>∠</u> Baixa	Média	± Alta	Muito
	Baixa	2 unu	1/10414	1 22 444	alta
Estímulo ao uso e desenvolvimento de novas					
tecnologias (VoIP, PLC, WiMAX, etc.)					
Estímulo à indústria, P&D e tecnologia nacionais					
Estímulo à modernização da infra-estrutura com					
o objetivo de preparar o País para desafios futuros					
Alterações na estrutura do Ministério das					
Comunicações ou Anatel para melhor regular o					
setor					
Novas metas de universalização e qualidade,					
melhoria na fiscalização, uso do FUST					
Novos mecanismos de estímulo à competição e					
variedade na oferta de serviços					
Viabilização de programas de inclusão social e					
desenvolvimento econômico, incluindo fontes de					
financiamento					
Estímulo à produção de soluções completas de					
TIC para a melhoria do desempenho na prestação					
de serviços de governo, visando a inclusão social					
Racionalização da carga tributária e de incentivos					
fiscais sobre os produtos e serviços relacionados					
às TICs					
Capacitação de indivíduos para utilização das					
TICs (inclusão digital)					
Capacitação de pequenas e médias empresas					
para utilização das TICs (inclusão digital)					
Tratamento da participação do capital					
estrangeiro nas empresas do setor					

 $Comente \ / \ justifique \ suas \ respostas:$



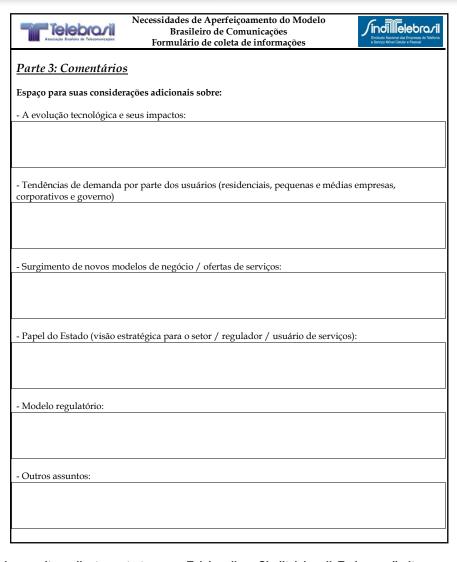
Necessidades de Aperfeiçoamento do Modelo Brasileiro de Comunicações Formulário de coleta de informações



Tema 3: Objetivos para aperfeiçoamento do modelo

3.2. Na sua opinião, quais aspectos do Modelo Brasileiro de Comunicações (entendido como o conjunto de políticas públicas, dispositivos legais e estruturas regulatórias que organizam e regem o funcionamento dos setores de Telecomunicações, TV por Assinatura, Radiodifusão e Produção de Conteúdo em geral) precisam ser revisados e quais são as necessidades de mudança mais importantes? (resposta livre)

Questionário de entrevista – Parte 3





Anexo II – Comentários selecionados

O modelo não está em harmonia com as metas de desenvolvimento social

A recomposição tarifária foi um fator importante de avanço

"O modelo não está em completa harmonia com as metas de desenvolvimento social, uma vez que 35% dos domicílios continuam sem STFC – o modelo proporcionou o acesso ao serviço e não à continuidade do usuário demandando o serviço."

"(...) a base real que propiciou o avanço foi a recomposição tarifária, que junto com o atendimento à demanda reprimida, tornou as operadoras viáveis (...)"

"O modelo atual só apresentou metas voltadas aos serviços de voz, e devido ao modelo tarifário não permitiu a universalização às camadas mais baixas(...)"

"(...) A recomposição tarifária é um fator preponderante para que as empresas possam contar com um equilíbrio econômico-financeiro do contrato. (...)"

A agência regulatória está enfraquecida

Falta uma política pública para o conteúdo

"(...) corremos riscos de inibir novos investimentos com os fatos políticos de propostas demagógicas, colocando em risco o equilíbrio econômico-financeiro de contratos de longo prazo para a utilização política de tarifas."

"(...) Os modelos de negócio do setor das telecomunicações (...) não incluem em suas perspectivas os investimentos e pesquisas em conteúdo. A radiodifusão, com regras emacrônicas, oferece poucas condições de anacrônicas, oferece poucas condições de investimento dentro de um modelo analógico, investimento dentro de um modelo analógico, aberto e terrestre. (...) ainda há pouco apoio para P&D em conteúdo o que poderia significar um campo de ação muito interessante (...)"

"A produção de conteúdo e de soluções completas para os problemas nacionais só episodicamente foram prioridades de governo e/ou do estado (...). O setor de telecomunicações ainda não os considera relevantes para o seu próprio desenvolvimento. (...)"

Deficiências na implantação de aspectos previstos no atual modelo

"Alguma iniciativas do Governo Federal parecem procurar alvos acertados, no que diz respeito à inclusão digital. Entretanto, carecem de definição quanto ao uso correto de instrumentos e de uma aliança com o setor privado que garanta a realização destas finalidades"

"O modelo traz, em sua essência, uma adequada aderência às necessidades listadas. Os problemas ocorrem mais pela operacionalização deficiente das ações que possam viabilizar o atendimento dessas necessidades do que às possíveis falhas do modelo (...)."

A tecnologia e a demanda da sociedade parecem ser os principais elementos de transformação

"Tanto a tecnologia quanto a demanda da sociedade deverão transformar o atual cenário de domínio das incumbentes em termos de telecomunicações. Cabe ao Estado regular para proteger o cliente, garantir a qualidade da prestação e forçar um novo equilíbrio econômico."

"As novas demandas podem levar o mercado a descobrir formas de viabilizá-las. Os avanços tecnológicos serão retardados pela regulamentação (...). As prestadoras não têm incentivo ou sanções para reformulações. O incentivo ou sanções para reformulações. O Estado demonstra pouca preocupação e Estado demonstra pouca preocupação e baixíssima atuação em prol das necessidades da sociedade. Um novo modelo regulatório se impõe e poderia (...) trazer benefícios para a sociedade."

Inclusão digital e papel social das TICs

"A visão de um futuro para o Brasil, com o papel claro das TICs no tecido social permitiria o real desenvolvimento do setor. A discussão de meios tecnológicos vai ser determinada pelo próprio mercado (...)"

Em maior ou menor grau, há a necessidade de rever a regulamentação.

"A regulamentação é anacrônica e inadequada para lidar com as transformações necessárias. O órgão regulador também não está preparado."

"A dinâmica da evolução tecnológica atropelou a regulamentação que devido a sua inércia (em termos mundiais), não consegue acompanhar."

"Os serviços mais avançados desafiam a classificação por tipo de serviço, que se observa no atual sistema de licenças e outorgas (...) a unificação de licenças teria complicações como por exemplo a classificação dos serviços em regime público e privado, que é bem marcante na LGT. (...)"

Simplificação e possível unificação de licenças e regulamentos da radiodifusão, telecomunicações e TV por assinatura

"(...) um cenário de convergência, não faz sentido haver leis diferentes para os diferentes setores de telecomunicações. O novo modelo deveria privilegiar a formação de vários grupos competidores prestando serviços convergentes"

"(...) Devemos ter um arcabouço regulatório simplificado, que nos permita caminhar nesta direção, sem perder a estabilidade regulatória. Seria ideal não termos emendas no arcabouço atual, gerando conflitos entre normas existentes e futuras de difícil interpretação."

"(...) Existe a necessidade de simplificação / redução do número de licenças atuais (...). Regulamentação das interfaces entre os serviços de Radiodifusão, TV por assinatura e Telecomunicações, que por meio da convergência tecnológica tendem a se tornar cada vez mais interligados. Em última instância, consolidação da regulamentação para uma única (mantendo ainda a regulamentação do conteúdo em separado."

"Fundamentalmente precisa-se de um modelo que contemple a convergência de serviços e de tecnologia, mais simples a exemplo do modelo europeu, com adaptações para a realidade da renda da população brasileira."

Agência regulatória precisa reforçar sua independência e esclarecer os papéis e limites da atuação do Estado

"(...) A Anatel deve garantir a competição, a universalização e deixar por conta do mercado as regras operacionais. Assegurar um mínimo para atender às necessidades básicas de telecomunicações e dar ampla liberdade de ação e de preços para a quase totalidade dos serviços. (...)"

"O governo precisa definir uma estrutura regulatória que permita a iniciativa empresarial atuar de uma maneira competitiva (Minicom). Regras claras, préestabelecidas e atuando como poder fiscalizador e regulador (Anatel)."

Racionalização da carga tributária

"Estabelecer, no texto legal, limites e estruturas tributárias específicas para toda a cadeia de produção das telecomunicações como essenciais para a inclusão social (...)"

Papel do modelo regulatório

"Distinção entre conteúdo e infra-estrutura. A regulação para o primeiro deve ser específica e flexível para contemplar a evolução tecnológica. Para a segunda deve ser abrangente, reconhecendo os vários meios de transmissão de informações digitais, e voltada para diminuir as barreiras de entrada."

Políticas de inclusão digital / social e contribuição das TICs para a sociedade.

"(...) o principal problema é a falta de uma visão clara da contribuição das telecomunicações à sociedade brasileira, continuamos com a visão estanque de cada prestador de serviço em seu universo com limitações puramente econômicas. (...)"

"Redefinição e expansão do conceito de universalização de serviços, de maneira a incluir conteúdo digital, acesso a meios de banda larga e serviços de comunicação e tecnologia da informação de maneira geral, eliminando-se a restrição do acesso aos serviços de voz."

Estímulo à produção de conteúdo nacional

"(...) criar programa de incentivos para o aumento significativo da produção de conteúdo nacional, nele incluídas as soluções com telecomunicações (integradas com TI) (...)"

"(...) Não podemos perder de vista o aspecto social da inclusão digital, a pluralidade da oferta de conteúdo, sem censura e com participação da sociedade."

"Entendimento da importância do conteúdo como elemento da cena regulatória, com disposições que vão do incentivo à produção, obrigatoriedade de conteúdo nacional, proteção / incentivo à cultura nacional, direito de acesso ao conteúdo, meios de distribuição e transporte."

Viabilização financeira e operacional de programas de inclusão / universalização

"(...) Estabelecer linhas de financiamento específicas para toda a cadeia de produção das telecomunicações visando o melhor atendimento das demandas sociais (...)"

"(...) Promover ações em áreas que são mandatórias para o desenvolvimento do país, mas que não são necessariamente lucrativas ou atraentes para a iniciativa privada, usando os fundos já existentes como agentes de financiamento."

"Redefinição e expansão dos programas de universalização, com a descentralização dos projetos de modo a torná-los mais gerenciáveis e mais ágeis, incluindo uma gestão central do programa por parte do Minicom e/ou da programa por parte do Minicom e/ou da Anatel, e uma implementação que pode passar por projetos municipais, estaduais e federais, com ou sem a aplicação de modelos de Parceria Público-Privada."

Impressões Gerais

Política industrial que privilegie a indústria nacional

"(...) construção de uma política industrial para o setor que permita o fortalecimento deste segmento da indústria nacional utilizando o potencial do nosso mercado interno."

"Criação de mecanismo de desenvolvimento de fornecedores nacionais."

Modernização do modelo regulatório de radiodifusão e TV por assinatura

"A integração da TV a Cabo e LGT para tratamento homogêneo com o DTH e MMDS."

"Modernização do Código Brasileiro de Telecomunicações quanto à radiodifusão e da Lei de Concessão. Isso poderá ser feito por meio de uma nova Lei de Comunicação Eletrônica."

Retorno ao capital investido

"Priorizar o retorno ao capital investido garantindo o acesso da sociedade as novas tecnologias e serviços."

As políticas públicas não devem restringir a evolução tecnológica. Há oportunidades em software.

"As políticas públicas mais eficazes são as que abrem opções e não as que restringem. A evolução tecnológica sempre será mais rápida que as regulamentações, por isso não faz sentido regular tecnologias e sim serviços."

"A principal oportunidade de capturar os benefícios e participar da evolução tecnológica na indústria é na área de software aplicativos; é importante criar estas oportunidades para os desenvolvedores."

A demanda no Brasil pode ser dividida em duas, uma país pobre e outra de país desenvolvido

"(...) A área geográfica imensa, aliada à baixa e irregular densidade populacional e à altíssima concentração de renda fazem da oferta de qualquer tipo de serviço somente ser viável em regiões muito restritas."

"(...) Existe um mercado típico de país pobre, de baixa renda e pequeno conhecimento e exigência, ao lado de outro mercado, de alto poder aquisitivo, muito bem informado e exigente, típico de países desenvolvidos. (...) é clara a necessidade de subsídios é clara a necessidade de subsídios governamentais para programas de inclusão, governamentais para programas de inclusão, dirigidos à população de baixa renda (...). No segmento de maior poder aquisitivo, cabe ao Governo apenas incentivar a competição (...)."

Demanda por redução de custos

Demanda por conteúdo

"A demanda por comunicação em banda larga está se generalizando, deixando de se fazer distinção do tipo de consumidor (residencial, PME, etc). O empecilho no momento é o custo."

"Os antigos usuários agora são consumidores de serviços e conteúdos — querem consumir uma combinação de ambos, em pacotes convenientes e preços atraentes; querem comodidade e flexibilidade (...)."

"Enquanto os preços forem proibitivos e a carga tributária não for revista, avaliações e pesquisas de demanda ficam totalmente irreais (...)."

"(...) a sociedade brasileira tem como maior exigência os serviços que podem ser oferecidos pelo governo através dos meios de comunicação, sem que seja a mera propaganda ou informação unidirecional. (...)"